

## EDUCAÇÃO NO CAMPO: EXPERIÊNCIAS A PARTIR DO PROJETO DE EXTENSÃO “A GEOGRAFIA VAI AO ACAMPAMENTO”<sup>1</sup>

Virna Salgado Barra<sup>2</sup>  
Ricardo Araújo Leite<sup>2</sup>  
Marcelo Cervo Chelotti<sup>3</sup>

**RESUMO:** Nos últimos anos, no Triângulo Mineiro, em especial no município de Uberlândia, em função da significativa atuação dos movimentos sociais no campo, os acampamentos de trabalhadores sem-terra ganharam significativo destaque na paisagem como símbolos da luta pela reforma agrária. Nesse contexto, o projeto de extensão “A Geografia vai ao acampamento” tem como objetivo possibilitar a melhoria do ensino de Geografia para alunos do ensino fundamental residentes em acampamento de trabalhadores sem-terra, bem como aproximar os futuros licenciados das múltiplas possibilidades do processo de ensino-aprendizagem. Com a experiência da Escola Itinerante existente nos acampamentos do MST, esperamos aproximar ainda mais a universidade da sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação no campo. Ensino de Geografia. Acampament.

*Education on field: experiences from the extension project “Geography goes to camp”*

**ABSTRACT:** In recent years, in the Triângulo Mineiro, particularly in Uberlândia, due to the significant role of social movements in the field, the camps of landless workers gained significant prominence in the landscape as symbols of the struggle for agrarian reform. In this context, the extension project “A Geografia vai ao Acampamento” (Geography goes to camp) aims to enable the improvement of geography teaching to elementary students living in the camp of landless and near future licensees of the manifold possibilities of the process of teaching and learning. With the experience of existing Itinerant School in MST camps, we hope to get even closer to the university in society.

**KEYWORDS:** Education on field. Geography teaching. Camp.

### INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas, a modernização do campo tem exercido uma força contrária à estabilidade do pequeno produtor rural. O efeito dessa questão causa uma descontinuidade no ensino-aprendizagem, principalmente, das crianças que vivem em constante processo de desterritorialização. O avanço tecnológico no meio rural nesse período significou a perda de espaços por parte da população camponesa, fato que foi fundamental para a consolidação do

<sup>1</sup> Este projeto é desenvolvido desde 2009, com apoio da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia (PROEX/UFU), recebendo financiamento do Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade – PEIC/UFU, edital 013/2009.

<sup>2</sup> Acadêmicos do curso de Geografia, bolsista de extensão no Laboratório de Geografia Agrária do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (virnoka@hotmail.com), (ricardoleyete@yahoo.com.br).

<sup>3</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação no Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia e coordenador do Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA) (amchelotti@hotmail.com).

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra). Tendo em vista esses paradigmas, o MST já consagrado pela luta que visa à reforma agrária e à defesa do homem do campo funda, em 1997, a primeira escola itinerante no Rio Grande do Sul, objetivando assegurar o ensino e a educação de crianças e jovens que residem em áreas transitórias, isto é, em acampamentos do próprio movimento.

Embora o acampamento seja um território transitório no processo de luta pela terra, os trabalhadores geralmente permanecem muitos meses ou até anos nesse processo de desterritorialização. Nesse contexto, famílias inteiras permanecem morando de maneira precária, o que afeta, principalmente, o processo de ensino-aprendizagem dos filhos em idade escolar. Sendo o acampamento um território transitório, a sua mobilidade espacial é grande, o que inviabiliza o processo formal de ensino-aprendizagem das crianças em idade escolar.

Neste cenário, a proposta de Escola Itinerante do MST emerge como uma proposta de ensino diferenciada, cuja prática compreende um olhar crítico sobre a sociedade e sobre os meios de dominação/exclusão impostos à comunidade acampada, da qual fazem parte seus educandos e educadores.

A escola itinerante do MST é considerada uma modalidade de educação especial, compreendida no âmbito da educação rural. Nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos de 1990, este setor vem assumindo uma posição destacada no panorama educacional brasileiro, trazendo à tona a discussão sobre a inclusão aliada à causa popular. A escola tem seu papel reconhecido por alfabetizar as crianças, jovens e adultos do acampamento e, sobretudo, pelo projeto de humanização destes sujeitos, revertendo o quadro de desumanização originário da situação de desterritorialização ao qual estão submetidos.

No Rio Grande do Sul, há mais de uma década, desenvolvem-se ações de extensão na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), aproximando-se dessa realidade. Assim, alunos dos cursos de licenciatura, dentre eles, futuros professores de Geografia, desenvolvem atividades nos mais diversos acampamentos, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, inspirado na experiência da UFSM, foi desenvolvido na UFU um projeto semelhante, objetivando possibilitar a melhoria do ensino de Geografia para alunos do ensino fundamental residentes em acampamento de trabalhadores sem-terra que se encontram em situação de desterritorialização, bem como aproximar os futuros licenciados das múltiplas possibilidades do processo de ensino-aprendizagem. Por conseguinte, desse objetivo desdobram-se três específicos, sendo eles: (a) aproximar a Universidade Federal de Uberlândia, da realidade socioespacial encontrada em seu entorno, (b) contribuir para o aprofundamento dos conteúdos e competências em Geografia com alunos em situação de desterritorialização residentes em acampamento, (c) aproximar o futuro licenciado de Geografia dos múltiplos espaços de ensino-aprendizagem.

A metodologia aplicada no projeto de extensão constituiu-se de duas partes: (1) Concepção e Planejamento: a partir de visitas prévias realizadas ao acampamento, realizamos um levantamento das reais necessidades relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem e, a partir delas, planejamos nossas intervenções. (2) Execução: o projeto foi executado através das intervenções quinzenais realizadas com as crianças do acampamento. Diagnosticaram-se suas carências em

relação ao processo de ensino-aprendizagem no âmbito da Geografia e suas competências. A partir de temas geradores, foram propostas atividades que possibilitassem uma melhor aproximação dessas crianças com o ensino de Geografia. As atividades foram executadas com crianças em idade escolar equivalente ao ensino fundamental.

A técnica de pesquisa utilizada durante as intervenções é conhecida como “diário de campo”, instrumento complexo que permite o detalhamento das informações, observações e reflexões sugeridas no decorrer da investigação ou momento observado. É um tipo de abordagem metodológica observacional, em que anotam, dia após dia, com estilo telegráfico os eventos da observação e progressão da pesquisa. Inclui-se a dimensão de cunho mais interpretativo das anotações, considerando que durante a observação de um fato, o pesquisador já registra algumas análises sobre os acontecimentos. É um relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experimenta e pensa no decurso da coleta de dados.

O presente artigo encontra-se dividido em três partes. Na primeira, realizamos uma contextualização da gênese do MST e da construção da Escola Itinerante. Num segundo momento, registramos nossas experiências de extensão em Geografia, com as intervenções realizadas no acampamento Roseli Nunes. E, numa terceira parte, tecemos nossas considerações finais.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O regime militar, iniciado em 1964, ainda mantinha sua força na década de 1970, período em que os impactos sociais da modernização conservadora tornavam-se cada vez mais evidentes. O Rio Grande do Sul foi um dos estados do Centro-Sul mais afetados com a modernização da agricultura, tanto que, nesse período, foram intensos os fluxos migratórios de agricultores para áreas de fronteira agrícola, principalmente, para projetos de colonização nas regiões Centro-Oeste e Norte.

Muitos desses agricultores não encontraram, nos projetos de colonização, condições ideais para sua reprodução e, por isso, voltaram para o estado denunciando a precariedade de muitos desses projetos. No Rio Grande do Sul, existia uma grande massa de agricultores precariamente incluídos no processo produtivo, que juntamente com os atingidos pela construção de barragens hidrelétricas formavam uma grande massa que até então se encontrava à margem durante a ditadura brasileira.

Foi essa conjuntura que favoreceu o surgimento do MST juntamente com o apoio recebido por setores progressistas da Igreja Católica por meio da Teologia da Libertação, principalmente, pelas células das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) articulados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pela Igreja Luterana, que organizaram os trabalhadores sem-terra para reivindicarem seus direitos, em uma sociedade que se percebia como democrática.

[...] a origem do movimento está associada às ações de resistência e ocupações de terras por grupos de trabalhadores rurais de algum modo excluídos pelas transformações rurais em curso na Região Sul e precariamente reintegrados na produção. Recusando a proletarização (e

isto é muito importante para compreender o movimento), no campo ou na cidade, e não podendo mais reproduzir a pequena produção na fronteira agrícola (para eles o Mato Grosso e Rondônia), devido aos recursos técnicos e financeiros requeridos e aos conflitos aí existentes, para os descendentes de colonos que se identificariam hoje como sem-terra restou a iniciativa da luta pela terra. Filhos de colonos, parceiros e arrendatários, agregados e assalariados temporários, expropriados de barragens e mesmo um significativo contingente de lumpen do campo, que vaga pela região, constituem a base inicial do movimento (GRZYBOWSKI, 1990, p. 23).

Em relação ao processo de formação e territorialização do MST, Fernandes define quatro períodos:

Definimos o primeiro período [1979-1985] como gestação do MST que precede sua fundação. Esse momento é fundamental para compreender as bases de seu processo de formação. O segundo período [1985-1990] foi definido tomando como referência suas ações em escala nacional e a consolidação da estrutura organizativa. Nessa fase, o MST configura a sua forma de organização e se estabelece em todas as regiões brasileiras. No terceiro período [1990-1999] analisamos a sua institucionalização, quando o MST torna-se o principal interlocutor do governo federal a respeito da reforma agrária e é reconhecido internacionalmente. Definimos o quarto período [pós 1999] a partir do processo de mundialização dos movimentos camponeses com a criação da Via Campesina (FERNANDES, 2006, p. 1).

No decorrer da década de 1990, o MST filiou-se à Via Campesina, uma articulação de movimentos sociais rurais, fundada em 1992, que congrega a Ásia, África, América e Europa, formando uma articulação internacional. No Brasil, além do MST, estão vinculados o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

Diante do exposto, não há como negar o importante papel desempenhado pelo MST em termos de número de assentamentos criados e famílias beneficiadas com a redistribuição das terras ocupadas, ou seja, a territorialização da luta pela terra em várias regiões do Brasil. Na contemporaneidade, o MST, principal movimento social rural brasileiro, conquistou reconhecimento internacional pelas causas defendidas e, mais recentemente, tem extrapolado a questão da reforma agrária, ultrapassando para outros campos como o modelo de desenvolvimento seguido, a política comercial internacional e os direitos humanos, dentre outros.

No entanto, o MST é conhecido pelas suas ações mais tradicionais, ou seja, pelas ocupações e formação de acampamentos. Assim, as propriedades que não possuem os índices mínimos de lotação proposto pelo INCRA tornaram-se alvo de ocupações promovidas pelo movimento, como estratégia de luta pela terra e pressão para acelerar desapropriações para reforma agrária.

A luta pela terra é um dos principais elementos para compreendermos a questão agrária. A ocupação e a resistência na terra são formas dessa luta. A reforma agrária é outro elemento da questão agrária. Pelo fato da não realização da reforma agrária, por meio das ocupações, os sem-terra

intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de assentamentos rurais (FERNANDES, 2000, p. 279).

Além das ocupações de terra, os acampamentos organizados pelo MST têm por objetivo reunir os trabalhadores num determinado lugar, próximo às estradas e a curso d'água geralmente, para dar visibilidade a suas reivindicações.

Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si, os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações. São, portanto, espaços de luta e resistência. Assim sendo, demarcam nos latifúndios os primeiros momentos do processo de territorialização da luta. As ações de ocupar e acampar interagem os processos de espacialização e territorialização. Podem estar localizados dentro de um latifúndio ou nas margens de uma estrada, conforme a conjuntura política e a correlação de forças (FERNANDES, 2000, p. 293).

Embora sejam de caráter transitório, os acampamentos de sem-terra tornaram-se elementos presentes na paisagem agrária brasileira, principalmente, ao longo das estradas, próximos às áreas que reivindicam desapropriação ou que estejam em negociação com o INCRA, ou em áreas cedidas no interior dos assentamentos já existentes na região.

Para Teixeira e Nanni (2006) historicamente houve uma luta com os órgãos públicos para que as crianças pudessem, como quaisquer outras, frequentar a escola dentro dos acampamentos ou assentamentos, uma vez que, nas escolas oficiais haviam alguns problemas, como por exemplo: (a) discriminação tanto por parte dos professores, quanto dos alunos: as crianças eram chamadas de “sem-terrinha” pelos colegas; (b) os professores agrediam a ideologia do movimento e criticavam os pais; (c) o conteúdo ensinado na escola, muitas vezes, não condizia com a realidade enfrentada pelas crianças; (d) ao matricularem as crianças para o ano letivo seguinte, nunca havia a certeza de que elas iriam frequentar aquela escola, pois, o acampamento poderia mudar de local.

Assim, em função da especificidade do acampamento – um território transitório – surgiu a necessidade de se pensar uma escola diferenciada, que não seguisse os padrões formais. Foi nesse contexto, que surgiram as Escolas Itinerantes do MST. Antes delas as crianças e jovens dos acampamentos encontravam dificuldades de locomoção para as escolas das cidades próximas. Normalmente, não havia vagas disponíveis e, quando havia, as escolas convencionais estavam distantes dos anseios de um jovem do campo. A alternativa foi a escola “nômade”, que começou em 1996 no estado do Rio Grande do Sul.

Entre os motivos que levaram os trabalhadores rurais sem-terra vinculados aos acampamentos do MST a se organizarem na luta pela escola itinerante, destacam-se as dificuldades de acesso à escola convencional por estarem acampados em áreas rurais, geralmente longe das instituições educativas formais e também o questionamento da função social da escola convencional que historicamente tem estado descomprometida com as questões referentes às desigualdades sociais,

econômicas e culturais, e, portanto, desvinculada do projeto Sem-terra (MEURER; DE DAVID, 2008, p. 46).

De acordo com o MST (2000), existem 45 escolas em pleno funcionamento, com 350 educadores do movimento e mais de 3 mil educandos (crianças e adultos). Assim, já passaram pela escola itinerante cerca de 10 mil educandos. O estado do Rio Grande do Sul foi o primeiro em que a escola itinerante foi aprovada (1996). Em estados como Santa Catarina, Paraná, Goiás, Alagoas, Pernambuco a escola está em vias de ser aprovada e, no Piauí, em fase de legalização. Torna-se fundamental enfatizar que além da itinerância (mobilidade), a principal característica da escola é a sua prática pedagógica diferenciada.

A prática pedagógica da escola itinerante é singular e não pode ter como parâmetro a metodologia tradicionalmente utilizada nas redes de ensino públicas, mesmo as voltadas para as classes populares. Nesse sentido, esse movimento social defende a pedagogia freiriana, perspectiva teórica capaz de preencher e dar conta de suas expectativas em relação ao processo ensino-aprendizagem. O ensino convencional mostra-se alijado do contexto social das crianças rurais e em particular das crianças acampadas, que por isso evadem-se da escola ou acabam reféns de um processo de aquisição cultural distante de sua realidade (MEURER; DE DAVID, 2008, p. 48).

Frente a essas considerações, acredita-se ser fundamental a inserção dos futuros professores nesses espaços não formais de ensino-aprendizagem para que conheçam e reflitam sobre as múltiplas possibilidades existentes no campo da educação.

De acordo com Puhl e Meurer (2009), a Universidade, principalmente os cursos de licenciaturas, devem efetivar práticas comprometidas, por meio de vivências e debates junto a instituições alternativas e ampliar a perspectiva da formação dos educadores. Neste contexto, a Escola Itinerante emerge como um ambiente profícuo para suprir as lacunas do ensino acadêmico. Neste cenário, a proposta de Escola Itinerante do MST emerge como uma proposta de ensino diferenciada, cuja prática compreende um olhar crítico sobre a sociedade e sobre os meios de dominação/exclusão impostos à comunidade acampada.

Neste sentido, projetos integrados entre os cursos de licenciatura, como é o caso do projeto integrado com professores e alunos da escola itinerante envolvendo os cursos de pedagogia e Geografia da UFSM, são importantes para que os profissionais da educação em formação possam ter uma compreensão da realidade em que trabalham. Além disso, permitem compreender as conseqüências que suas práticas têm sobre os alunos e sobre a comunidade escolar com os quais se envolvem (MEURER; DE DAVID, 2008, p. 51-2).

A partir das reflexões de Meurer e De David (2008), é que propomos o projeto “A Geografia vai ao acampamento”. O projeto enquadra-se nos objetivos do edital PIEEX 12/2009: estimular a comunidade acadêmica, ou seja, alunos(as), professores(as) e técnico-administrativos (as), a desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, ampliando a função social da universidade pública e gratuita e o seu compromisso com a transformação da



sociedade; expandir a participação de estudantes da UFU em atividades de extensão; contribuir para a formação acadêmica ampliada do(a) aluno(a) por meio da incorporação de conhecimentos adquiridos em atividades desenvolvidas junto à comunidade; apoiar o processo de transformação social da comunidade contemplada; estimular a realização de projetos que integrem diferentes áreas do conhecimento.

A Universidade é espaço-tempo de formação e, como tal, precisa ser ocupada pelos sujeitos históricos e políticos. As experiências vivenciadas junto à escola itinerante são plasmadas de criticidade e aprendizagem por parte de todos os participantes. Essas reflexões permitem compreender o quanto a universidade ainda se mantém como instituição que se desvincula do direito à educação, distanciada da realidade das classes trabalhadoras, da educação do campo e da pedagogia dos movimentos sociais (MEURER; DE DAVID, 2008, p. 55).

Nesse sentido, a Universidade Federal de Uberlândia não pode ficar alheia às transformações socioespaciais em curso no espaço regional do Triângulo Mineiro. Nos últimos anos, têm-se observado uma crescente atuação dos movimentos sociais rurais, denunciando a concentração da posse da terra, bem como exigindo novos espaços para a produção familiar/camponesa, com pressão política para a realização da reforma agrária na região. Portanto, essa nova realidade deve ser objeto de preocupação da instituição e também dos futuros professores egressos.

De acordo com Cardoso; Cleps Jr.; Carvalho (2006), de 2001 a 2005, foram registradas 43 ocupações de terra em diferentes municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, perfazendo um total de 5.355 famílias atuando diretamente nas ocupações. Analisando todo o período de estudo, constata-se que Uberlândia foi o município que concentrou o maior número de conflitos, com 12 ocupações, e o MST foi o movimento mais atuante.

As intervenções do presente projeto aconteceram no acampamento Roseli Nunes que, no ano de 2008 encontrava-se localizado no anel viário da cidade de Uberlândia, entre os bairros do Taiman e Guarani, nas proximidades do Córrego do Cavalo, permanecendo nesse local por 10 meses. Em 2009, o acampamento deslocou-se para as proximidades da Usina de Capim Branco, a 15 km da cidade com uma população de 150 pessoas, dentre elas 22 crianças em idade escolar.

Na atual fase do projeto, esse acampamento localiza-se a 50 km de Uberlândia na BR-050, no município de Uberaba, onde está situada a Fazenda Inhumas que, no dia 8 de outubro de 2009, foi decretada como imóvel de utilidade pública para fins de reforma agrária. Conforme o INCRA, a área da Fazenda Inhumas compreende 890 hectares, podendo atender aproximadamente 40 famílias. No entanto, no acampamento, existem 73 famílias acampadas.

A partir das visitas realizadas ao acampamento Roseli Nunes, faz-se necessário o levantamento das reais condições do ensino-aprendizagem das crianças residentes no local e, de acordo com as competências associadas ao ensino de Geografia, propõem-se atividades que possam ser desenvolvidas pelos alunos, exercitando assim a sua capacidade de aprendizado, fixação e execução do que lhes é proposto para o ensino fundamental. Durante as intervenções no acampamento do MST, pôde-se constatar que a metodologia urbana de ensino não se

coaduna à realidade desses sujeitos. Logo, a prática pedagógica da Escola Itinerante é a mais adequada para contexto sociopolítico e cultural em que vivem esses sujeitos, pois essa é a perspectiva teórica fundamental para atender às expectativas do ensino-aprendizagem infantil.

Por ter um caráter transitório, o acampamento torna-se um território móvel de luta pela terra, pois a sua transferência poderá ocorrer a qualquer momento, tendo em vista a própria dinâmica do movimento. Nesse sentido, essas crianças em situação de desterritorialização, principalmente aquelas em idade escolar, ficam prejudicadas em relação ao processo de ensino-aprendizagem, pois a escola “formal” não tem condições de acompanhar a dinâmica do movimento social.

Portanto, é nessa conjuntura que se insere a proposta da Escola Itinerante, ou seja, uma modalidade de ensino que considera a realidade, os espaços e tempos de crianças em situação de desterritorialização. Destaca-se que, a presente proposta, inicialmente atenderá as necessidades do ensino de Geografia, mas, pretendemos com o passar do tempo, ampliar nossas inserções com a participação das demais áreas do conhecimento.

Assim, a partir do conhecimento da realidade vivenciada pelos indivíduos acampados, principalmente as crianças em idade escolar, o presente projeto de extensão tem possibilitado ao futuro egresso da Universidade Federal de Uberlândia, em especial os licenciados em Geografia, uma maior compreensão da atual complexidade da sociedade contemporânea, além da aproximação universidade/comunidade, fortalecendo os três pilares da instituição: ensino, pesquisa e extensão.

### **Experiências de ensino e extensão em Geografia no acampamento Roseli Nunes**

No decorrer do projeto, já foram realizadas quatro intervenções no acampamento Roseli Nunes, cuja finalidade foi possibilitar a melhoria do processo de ensino-aprendizagem de Geografia em acampamentos do MST, que, por serem de caráter transitório e pertencerem ao meio rural, necessitam de uma metodologia de ensino adequada aos seus anseios e a sua realidade.

Para realizar as atividades, partiu-se do pressuposto de que os alunos não são seres sem conhecimento, pois já trazem com eles algumas noções de espaço, lugar, pertencimento (família, grupo, cidade natal etc.). A partir dessa análise, percebeu-se que a melhor forma de trabalhar com os alunos seria a integração dos conhecimentos trazidos por eles, como seu modo de vida, com os conteúdos da Geografia, respeitando as técnicas e a metodologia de ensino criada pelos profissionais dessa disciplina.

A seguir, apresentam-se impressões sobre as intervenções realizadas no acampamento.

#### **Primeira intervenção: a relação campo-cidade**

A primeira intervenção foi realizada no dia 24/10/2009, com o tema campo-cidade, visando demonstrar para os alunos a importância do rural e do urbano no nosso cotidiano. No início



das atividades, procuramos estabelecer uma ligação com os alunos por meio de perguntas simples, como por exemplo: nomes, idades, o local de origem. Inicialmente, os alunos socializaram por meio de perguntas direcionadas, como ajudavam os pais em casa e/ou na lavoura. Os questionamentos foram feitos com o intuito de socializarmos com as crianças e conhecê-los melhor, montando um banco de dados para ser utilizado nas próximas intervenções.

Passado esse primeiro momento, solicitou-se às crianças a elaboração de um mapa mental dos lugares onde já passaram, registrando essas lembranças no papel da seguinte forma: o antigo local de moradia, o novo (o acampamento) como um local transitório e um terceiro, que foi um desenho do futuro assentamento.

Essa atividade foi realizada de maneira a aproveitar a facilidade que as crianças têm de se expressar por meio de trabalhos artísticos. Levando-se em conta que elas gostam muito de desenhar, a dinâmica se tornou agradável e prazerosa. E com esse conceito que a atividade ganha um caráter educativo e inclusivo por que respeita as crianças, já que todos podem participar. Vale ressaltar que, alguns alunos ainda não estão alfabetizados, contudo puderam expressar-se por meio do desenho.

O mapa mental dos diferentes lugares onde os alunos residiram foi utilizado para refletirem sobre a dinâmica dos lugares, resgatando a memória, e esboçando seus sonhos e visão de mundo. Compreende-se que tal atividade é rica, na medida em que se torna um amplo espaço de conhecimento para ser trabalhado entre professores e alunos. Como resultado dessa atividade, pudemos conhecer os sentimentos e as particularidades das crianças, facilmente demonstrados por elas nos desenhos, como o exemplo de um dos garotos que representou uma carvoeira como seu local de origem (Figura 1) e uma casa de alvenaria com árvores frutíferas no jardim como seu desejo no futuro assentamento (Figura 2).



Figura 1 – Carvoeira: representação do antigo lugar de moradia (Fonte: Trabalho de campo 24/10/2009)



Figura 2 - Assentamento: representação do futuro local de moradia  
(Fonte: Trabalho de campo 24/10/2009)

Após essas atividades houve um breve intervalo. Os alunos fizeram um semicírculo para relembrar antigas cantigas, enquanto era preparada a segunda parte da aula. Na seqüência, realizou-se uma atividade de orientação, com um cartaz trazendo alguns mapas, como: do mundo, da América, do Brasil, de Minas Gerais, da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba e, por fim, do município de Uberlândia. Essa atividade foi feita para trabalhar as diferentes escalas e noções de espaço.

Em seguida, partiu-se para o tema principal (campo-cidade), apresentando as formas e funções do campo e da cidade especificando sua importância, inter-relações e diferenças.

Para fixar esse aprendizado, foi realizada uma atividade com recorte de revistas e colagem para confecção de um mural, elucidando o tema campo-cidade por meio de gravuras coladas em duas partes distintas, uma para cada área estudada. Essa atividade mostrou-se muito eficiente para avaliar a aula e o aprendizado absorvido, demonstrando o quanto as crianças gostam de trabalhar com atividades lúdicas.

### **Segunda intervenção: noções de orientação**

A segunda intervenção aconteceu no dia 12/12/2009. Verificaram-se novas dificuldades encontradas pelos acampados, como a busca de fontes de água potável, já que a oriunda do córrego que passava próximo ao acampamento não era de boa qualidade, e a do Córrego Bom Jardim estava com suspeita de contaminação pelos agrotóxicos usados no canavial localizado nas proximidades. Conforme relatos, isso se tratava de uma tentativa dos proprietários de impedir que os acampados utilizassem a água.

A atividade desse dia, entre outras coisas, foi averiguar as novas instalações da escolinha do acampamento e a nova condição de estudo das crianças e adolescentes acampados. Constatou-se que os mesmos estavam matriculados numa escola convencional, tendo a diretora se deslocado

ao acampamento para registrar os alunos junto à prefeitura, que disponibilizou transporte para levá-los até a escola localizada em um distrito de Uberaba. Havia novas dificuldades encontradas como o longo tempo de deslocamento das crianças até o local da escola.

Na aula ministrada neste dia, prosseguiu-se com o tema “introdução à cartografia” com atividades de lateralidade, estudo dos pontos cardeais, compreensão e confecção de mapas apropriados para crianças. A primeira tarefa executada foi uma breve explicação de lateralidade, utilizando o coração para indicar o lado esquerdo e o direito.

Para fixar melhor este ensino, utilizou-se uma cartolina com um desenho do antigo acampamento onde um boneco andava de um lado para o outro, e os alunos tinham que identificar, a partir de um ponto de referência, o lado em que ele estava, e a direita e esquerda do que era colocado. Ao final dessa tarefa, notamos que os alunos conseguiram aprender mais sobre lateralidade e pontos de referência.

A segunda atividade foi um estudo dos pontos cardeais e da localização de bairros no mapa da cidade de Uberlândia, a qual foi concluída com a localização do bairro Morada Nova e com a criação de uma legenda no mapa. Após esses exercícios, foi pedido aos alunos que produzissem um pequeno mapa do acampamento com o trajeto deles da casa até a escola colocando uma legenda dos objetos no caminho. Essa atividade foi mais complexa devido à diferença de idade dos alunos, contudo se obteve êxito no aprendizado.

Para finalizar os trabalhos desse dia, fez-se uma pequena corrida de orientação reformulada para idade deles e seguindo as orientações do autor Castrogiovanni que chamou essa atividade de “Busca ao Tesouro”:

Essa atividade consiste basicamente em achar um tesouro a partir de um trajeto previamente estabelecido. Na construção das relações espaciais é importante trabalhar com as diferentes características visuais e com a discriminação visual (tamanho, cor, forma, espessura). A busca ao tesouro trabalha com essas diferentes relações espaciais. O importante é variar os elementos para orientação dos alunos na busca do objeto (tesouro). As atividades devem estar de acordo com as necessidades e dificuldades manifestadas pelas crianças (CASTROGIOVANNI, 2006, p. 25).

Com essa dinâmica final, foi possível compreender que os alunos realmente assimilaram os conteúdos e conseguiram utilizá-los na prática. Ao final do percurso traçado, eles receberam o “tesouro”. Explicou-se a eles que, da mesma forma como fizeram ali com o mapa do acampamento, é possível realizar em uma escala maior com mapas do Brasil e do mundo. A única diferença é que, ao invés de esquerda e direita, eles devem usar os pontos cardeais para se localizar.

### **Terceira intervenção: a produção da paisagem**

Dando continuidade ao projeto, retornou-se ao acampamento Roseli Nunes no dia 10/4/2010,

a fim de prosseguir com os encontros de Geografia, agora, separando as crianças com idade até 6 anos das maiores de 7 anos que têm maior grau de alfabetização. Trabalharam-se temas como o dia do índio para os menores e paisagem em transformação para os maiores.

Uma das primeiras dificuldades, nesse dia, foi a de se chegar ao acampamento devido à mudança da paisagem da estrada rural até o acampamento, em detrimento do clima e dos cultivos que cresceram significativamente de dezembro do ano passado até a data da última intervenção. As informações passadas estavam equivocadas e acarretaram um incrível esforço de memória para encontrar o caminho correto.

Passado esse pequeno imprevisto de 40 minutos, chegou-se ao acampamento, agora instalado dentro da Fazenda Inhumas. Devido ao progresso dos trâmites legais dos acampados, que armaram suas barracas próximas a sede da fazenda, onde estão perto de fontes de água potável e energia elétrica. Ainda no quesito infraestrutura, o acampamento está recebendo do município de Uberaba ônibus para levar as crianças e os adultos para a escola e visitas periódicas de profissionais da saúde.

Logo após esse momento de adequação às novas realidades do acampamento, deram-se início às atividades, dividindo os educandos em duas turmas. Em uma turma, composta por crianças menores, trabalhou-se uma atividade relacionada ao dia do índio, demonstrando sua importância e parte de sua cultura. Na outra, focou-se o conceito de paisagem. Para a realização das atividades com os alunos alfabetizados foi feita uma breve explicação de como é trabalhado o conceito de paisagem na Geografia e como o homem historicamente vem modificando a mesma. A dinâmica utilizada na aula contou com um trabalho em que se deveriam montar, em um painel, gravuras de uma paisagem sustentável, demonstrando o entendimento obtido pelos alunos nos diversos aspectos da paisagem.

Após a aula, nesse dia, identificaram-se as novas instalações do movimento, observando que algumas delas ainda não estavam prontas como: a escolinha do acampamento, o plenário e a cozinha comunitária, ainda em fase de construção. Visitamos também a horta criada pelos acampados que utilizaram técnicas de cultivo orgânico voltado para o consumo dos moradores do acampamento. Ali o trabalho é feito de forma comunitária tendo em vista que as experiências vividas, nessa fase, auxiliarão os acampados no futuro assentamento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como resultado importante desse projeto, podemos ressaltar a ligação do meio acadêmico com a comunidade. A realização desse projeto de extensão, promovido pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e pelo Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA), é importante por propiciar o envolvimento de pesquisadores e futuros licenciados com as práticas de ensino em locais como o acampamento, criando a possibilidade de melhoria na vida dos sujeitos acampados.

Ao trabalhar com crianças e adolescentes em situação de desterritorialização, percebemos a visão de mundo e a maneira como esses pequenos cidadãos lidam com as situações extremas

que seu cotidiano lhes impõe. Nota-se, ainda uma grande vontade, por parte dos alunos, em aprender os conteúdos de Geografia. E sendo assim, estamos possibilitando que eles tenham um melhor entendimento do mundo que os cercam e da importância deles para o mundo.

Tendo em vista os resultados obtidos até agora, sentimos imensa satisfação com cada progresso que esses alunos apresentam durante as intervenções. Para nós, é o pleno desenvolvimento do conhecimento geográfico aplicado à comunidade que nos motiva a continuar com esse trabalho.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, L. de F.; CLEPS JR, J.; CARVALHO, E. R. **Os movimentos socioterritoriais e a luta pela reforma agrária na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**: período de 2001 a 2005. In: SIMPÓSIO REFORMA AGRÁRIA: BALANÇO CRÍTICO E PERSPECTIVA, 2006, Uberlândia. Disponível em: <<http://www.simposioreformaagraria.propp.ufu.br>>. Acesso em: 01 jul. 2009.

CASTROGEOVANNI, A. C. **Ensino de Geografia**: práticas e textualização no cotidiano. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 173

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979-2005. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006, p. 1-20.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 2. ed. Rio de Janeiro: FASE/ Vozes, 1990.

MEURER, A. C. ; DAVID, C. de . **Educação do campo e escola itinerante do MST**: articulações do projeto político-pedagógico com o contexto socioeducacional. Educação (UFMS), v. 33, p. 47-58, 2008.

MST. **Coordenação Nacional do Setor de Educação do MST, São Paulo, v. 6, 2000**. Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso em: 01 jul. 2009.

PUHL, R. I.; MEURER, A.C. **Um estudo sobre a prática de educação popular da escola itinerante do MST e suas contribuições para qualificação do saber acadêmico nas licenciaturas**. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/gpforma/1senafe/bibliocon/umestudo.rtf>>. Acesso em: 26 jun. 2009

TEIXEIRA, C. E.; NANNI, R. M. de A. **A educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)** - Escola Nacional Florestan Fernandes em São Paulo. In: SIMPÓSIO REFORMA AGRÁRIA: BALANÇO CRÍTICO E PERSPECTIVA, 2006, Uberlândia. Disponível em: <<http://www.simposioreformaagraria.propp.ufu.br>>. Acesso em: 01 jul. 2009.

Submetido em 23 de junho de 2010  
Aprovado em 20 de agosto de 2010